



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3<sup>a</sup> REGIÃO**  
Diretoria-Geral

**PORTARIA DG N. 2, 2 DE JANEIRO DE 2026**

Trata da subdelegação de competências da Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 3<sup>a</sup> Região à Diretora de Gestão de Pessoas.

A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3<sup>a</sup> REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO os arts. 11 a 15 da [Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#), que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO o art. 146, incisos II e VII, alínea "a", do [Regulamento Geral](#) de Secretaria deste Tribunal, que atribui à Diretora-Geral o planejamento e a coordenação das unidades subordinadas à Diretora-Geral, bem como competência para a prática de atos relativos à gestão de pessoas; e

CONSIDERANDO o art. 3º da [Portaria GP n. 3, de 2 de janeiro de 2026](#), que autoriza a Diretora-Geral a subdelegar competência para a prática dos atos administrativos nela discriminados,

**RESOLVE:**

Art. 1º Esta Portaria trata da subdelegação de competências da Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 3<sup>a</sup> Região à Diretora de Gestão de Pessoas.

**Fonte:** BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3<sup>a</sup> Região. Portaria n. 2, de 2 de janeiro de 2026. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 4382, 30 dez. 2025. Caderno Administrativo, p. 22-23.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial

Art. 2º Fica subdelegada à Diretora de Gestão de Pessoas deste Tribunal competência para:

I - conceder a servidor direitos, vantagens e benefícios previstos nos arts. 18, 67, em sua redação original, 77, 83, 85, 87, em sua redação original, 97, 98, 196, 197, 202, 207, 208, 209, 210, 211, 226 e 227 da [Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#);

II - prover a lotação de pessoal das unidades administrativas e judiciárias, e decidir os pedidos de remoção, na forma do art. 36 da [Lei n. 8.112, de 1990](#);

III - decidir os pedidos de averbação de tempo de serviço;

IV - conceder progressão funcional e promoção a servidor;

V - designar titular e substituto de função comissionada dos níveis FC-1 a FC-6 e expedir ato de dispensa do titular dessa função;

VI - assinar os contratos com os profissionais selecionados para prestar serviços ao Plano de Assistência Psicossocial e Odontológica, os termos aditivos, as rescisões contratuais e os demais atos pertinentes a essas contratações;

VII - assinar os termos de compromisso relativos ao Programa de Estágio e às respectivas rescisões;

VIII - conceder adicional de qualificação a servidor;

IX - determinar o registro de elogio nos assentamentos funcionais de servidor;

X - autorizar a realização de teletrabalho;

XI - designar servidor para desempenhar as atribuições de oficial de justiça **ad hoc**;

**Fonte:** BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Portaria n. 2, de 2 de janeiro de 2026. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 4382, 30 dez. 2025. Caderno Administrativo, p. 22-23.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial

XII - autorizar o empréstimo de servidor e de função comissionada entre as unidades organizacionais;

XIII - conceder isenção de imposto de renda; e

XIV - conceder indenização de férias.

Art. 3º A Diretora de Gestão de Pessoas poderá subdelegar competência para a prática dos atos administrativos discriminados nos incisos I a XIV do art. 2º desta Portaria.

Art. 4º Fica revogada a [Portaria DG n. 2, de 2 de janeiro de 2024](#).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2026.

**PATRÍCIA HELENA DOS REIS**  
Diretora-Geral

**Fonte:** BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Portaria n. 2, de 2 de janeiro de 2026. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 4382, 30 dez. 2025. Caderno Administrativo, p. 22-23.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial